



ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

DIRETORIA DE CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - DLC

PROCESSO N.º	PDI 06/00572382
ORIGEM	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/DLC
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
RESPONSÁVEL	SR. DÁRIO ELIAS BERGER
INTERESSADO	SR. DÁRIO ELIAS BERGER
CARGO	PREFEITO
ASSUNTO	SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES – TERMINAIS URBANOS DE PASSAGEIROS
RELATÓRIO N.º	DCL / INSP.1 / 274 / 07

1. INTRODUÇÃO

Tratam os autos do ofício n.º GCF 07/2006 (fls. 03 e 04), de 24/10/2006, que solicita ao Prefeito do Município de Florianópolis, Sr. Dário Elias Berger, esclarecimentos a respeito de vários aspectos relacionados aos Terminais Urbanos de Passageiros construídos para o Sistema de Transporte Integrado de Florianópolis.

Em 12/12/2006, o Procurador do Município de Florianópolis, Jaime de Souza, protocolou (fl. 05) as respostas elaboradas pelo Secretário Norberto Stroich Filho (fls. 06 a 09) às arguições feitas pelo ilustre Conselheiro César Filomeno Fontes.

Em 14/12/2006 foi emitido um despacho pelo Conselheiro César Filomeno Fontes para que a extinta Diretoria de Controle de Obras, atual Diretoria de Licitações e Contratações, realizasse um exame e pronunciamento a respeito dos questionamentos realizados.

2. ANÁLISE

No ofício n.º GCF 07/2006 (fls. 03 e 04), emitido pelo Conselheiro César Filomeno Fontes, questiona a prefeitura de Florianópolis a respeito de sete tópicos.

1. Quais os terminais construídos e que se encontram desativados até a presente data e as respectivas datas de desativação;
2. Cópia das justificativas e das decisões administrativas com as devidas fundamentações para a desativação dos terminais;
3. De que maneira serão recuperados os recursos investidos nas construções dos terminais desativados;
4. Qual o impacto percentual, no valor da passagem, se for o caso, dessa recuperação dos investimentos, para cada um dos terminais desativados;
5. A destinação que será dada a esses terminais;
6. Cópia do relatório produzido pela empresa contratada – Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda. – referente à prestação de serviços de assessoria em projetos estratégicos para a cidade de Florianópolis, sobre a avaliação geral do sistema, onde foram apontadas alterações e adequações ao Sistema Integrado de Transporte;
7. Indicar quais ações foram implementadas, de maneira total ou parcial, do referido relatório.

A seguir faz-se a análise relativa aos aspectos técnicos de engenharia.

2.1. TERMINAIS DESATIVADOS

A Prefeitura informou que quais são os terminais urbanos desativados. São três: Capoeiras, Jardim Atlântico e Saco dos Limões, todos desativados em 2005, conforme trecho da resposta (fl. 06):

Os Terminais de Integração de Capoeiras (TICAP), Jardim Atlântico - TIJAR, desativados em abril de 2005 e o do Saco dos Limões (TISAC), desativado em julho de 2005.

A Prefeitura não enviou cópia das justificativas e das decisões administrativas desativando os terminais, no entanto, apresentou na resposta os motivos do ato administrativo que levou a desativação dos três terminais urbanos. Estes documentos serão solicitados novamente por diligência.

Estes Terminais foram desativados porque concluiu-se que o Sistema de Transporte Integrado funcionaria melhor sem eles, ou não necessitaria deles. Alega que o transporte intermunicipal não é de competência do Município de Florianópolis, como segue a resposta:

[...] ao assumirmos a Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais, em janeiro de 2005, passamos a avaliar todo o sistema de transporte de Florianópolis.

Entre outras coisas, constatou-se que os 02 (dois) terminais da região continental de Florianópolis, bem como o do Saco dos Limões, todos construídos na gestão Angela Amim, não se prestavam ao transporte da Capital. Portanto, o fechamento desses Terminais (Jardim Atlântico, Capoeiras e Saco dos Limões) não necessitou de estudos técnicos, nem maiores trâmites.

Como ex-Diretor-Geral do Departamento de Transportes e Terminais – DETER, temos o conhecimento de que os terminais do continente foram construídos para receber o sistema integrado intermunicipal e sobre esta questão, apresentamos as seguintes considerações:

1 – Não é de competência do Município o sistema de transporte intermunicipal;
2 – O projeto do Sistema Integrado Intermunicipal não contemplava 02 (dois) terminais na região continental de Florianópolis, ambos haveriam de ser construídos as margens da BR-101 pelo Governo do Estado;
3 – A construção dos mesmos, portanto, foi uma decisão unilateral da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com desembolso da ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a preço de 2002, o que seria de competência do Estado, pois, ratificamos, esses terminais se destinariam ao transporte intermunicipal.
Quanto ao terminal do Saco dos Limões, construído e mantido por dinheiro privado, ou seja, aplicado pela concessionária vencedora do certame licitatório específico para a construção dos terminais do sistema de transporte, pela proximidade do centro, e ainda, pela ínfima quantidade de linhas que abarcava, fazia-se desnecessário, pois passavam por aquele terminal as linhas Corredor Sudoeste, Tapera via Saco dos Limões e Rio Tavares, com 177 viagens bairro/centro e 172 viagens centro/bairro, para recolher 191 passageiros, em média, nos dias úteis, sendo que estes passageiros podem utilizar-se do ponto em frente a entrada do TISAC para acessar estas linhas. Outras linhas que circulavam por aquele terminal são Trindade/Saco dos Limões e Trindade/Saco dos Limões via Madre Benvenuta, essas continuam a circular na região sem prejuízos, uma vez que passam pelo ponto em frente ao TISAC.

A recuperação dos investimentos, conforme o terceiro questionamento, não foi respondida de maneira objetiva. O Secretário Norberto Stroisch Filho afirma que a responsabilidade dos investimentos é exclusivamente de responsabilidade da anterior gestão municipal.

Respondendo o questionamento número cinco, o Secretário afirma que “o atual governo municipal pretende dar um uso comunitário”, ainda em estudo, a estas edificações.

A Prefeitura também afirma que não haverá “nenhum impacto” nas passagens de onibus, respondendo o questionamento número quatro de maneira superficial. Não informou também a origem dos recursos das despesas com manutenção e segurança dos terminais desativados.

Ora, se o terminal Saco dos Limões foi construído pela Cotisa, com amortização na tarifa, pergunta-se: o município adquiriu este terminal da Cotisa?

Segundo informações obtidas no processo PDI 03/06187388, que fez a análise do sistema de transporte integrado, o preço do terminal urbanos do Saco dos Limões é amortizado na tarifa de transporte urbano, conforme concorrência pública nº. 009 / SMT0 / 2000.

Pelo preço estimados pela concorrência pública nº. 009 / SMT0 / 2000, que pode ter sido alterado e/ou de aditivado, o orçamento para o terminal urbano Saco dos Limões era de R\$ 683.840,86, além das obras de infraestrutura viária no valor de R\$ 228.957,03, totalizando R\$ 912.797,89. Como este valor será amortizado em

vinte anos com um custo anual de R\$ 45.639,89, ignorando a correção monetária. Este mesmo terminal, segundo proposta entregue na concorrência, tinha uma receita anual prevista de R\$ 271.792,00.

Considerando que não haverá receita pela utilização do terminal urbano Saco dos Limões, pelo fato do terminal estar desativado, e mantendo-se as amortizações do investimento, ignorando as correções monetárias, o custo estimado da desativação é de R\$ 317.431,89 anualmente. Considerando aproximadamente quatro milhões de passageiros por mês, que circulam no sistema integrado (fl. 17), o custo por passageiro, relativo a desativação do terminal urbano Saco dos Limões será de no mínimo 0,0066 reais.

Já para os terminais de Capoeiras e do Jardim Atlantico não foi previsto amortização pelo sistema de transporte integrado e por esse motivo não se pode fazer estimativas.

Considerando a superficialidade da Prefeitura em responder as arguições feitas referentes aos custos referentes aos terminais urbanos desativados, torna-se necessário uma diligência ao Prefeito para responder :

- Enviar cópia das justificativas e das decisões administrativas com as devidas fundamentações para a desativação dos terminais;
- Esclarecer se houve a aquisição pela Prefeitura do terminal urbano Saco dos Limões, que foi construído pela Cotisa, com amortização da tarifa;
- Detalhar as despesas anuais, relativas a 2005, 2006 e 2007 com a manutenção, vigilância e demais custos dos terminais urbanos desativados;
- Esclarecer a fonte de recursos utilizados para as obras de construção dos terminais urbanos desativados;
- Detalhar o valor gasto para a construção de cada um dos terminais urbanos desativados;
- Detalhar o valor cobrado em tarifa do usuário de transporte relativo a perda de receita, e gastos com a amortização, dos terminais urbanos desativados.

2.2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

A Prefeitura de Florianópolis contratou a empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda. para prestar uma consultoria em projetos estratégicos para o sistema de transporte urbano da prefeitura de Florianópolis. A prefeitura apresentou dois relatórios, 01/03 e 02/03, (fls.10 a 118) parcialmente ao sexto questionamento.

Deve a prefeitura enviar o terceiro relatório referente a esse contrato.

A respeito das ações foram implementadas com base no relatório realizado pela consultoria contratada, a Prefeitura se manifestou da seguinte maneira:

Com base na avaliação geral do transporte coletivo em Florianópolis, elaborado pela consultora contratada, esta Secretaria promoveu dezenas de alterações operacionais nas mais de 150 linhas que representam a rede de itinerários, conforme explicitado no anexo II. Outras alterações apresentadas no relatório como sugestão, terão sua implementação ao longo do tempo, mediante avaliação final por parte da SMTT, haja vista que este serviço público é de alta complexidade, conseqüentemente, quaisquer alterações devem ser promovidas de forma prudente e gradual.

Forma esta que não ocorreu em 2003, no momento da implantação do novo sistema de transporte Coletivo de Florianópolis, quando as conseqüências dos erros e equívocos cometidos à época geraram grandes transtornos aos usuários do referido serviço. Fatos negativos estes, que foram marcantes na história recente do transporte coletivo da capital.

Assim, a atual gestão municipal, através de inúmeras iniciativas, vem buscando corrigir os erros cometidos à época.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de estima e consideração, colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos

A Prefeitura anexou em sua resposta (anexo II - fls.121 a 123) as alterações realizadas, com base no relatório apresentado pela consultoria. Essas alterações derivam do poder discricionário, onde impera a conveniência e oportunidade do administrador. Nos atos discricionários não cabe controle quanto ao motivo e objeto dos atos desde que observem os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Na visão desta instrução ambos os princípios foram observados.

O relatório realizado pela empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda trouxe uma análise do sistema de transporte urbano de Florianópolis. Este relatório avalia o sistema como um todo, além dos custos. Também apresenta propostas para a otimização do sistema e a redução de custos operacionais.

O Relatório 01/03 (fls. 11 a 71) faz uma análise do sistema existente, Nesta análise ressalta-se a peculiaridades do transporte urbano em Florianópolis, que possui a população urbana fragmentada com uma área central densa e vários

núcleos secundários. Esse tipo de distribuição geográfica proporciona uma elevação do custo por causa das grandes distâncias percorridas pelo ônibus.

Discriminam-se, também, os custos do sistema. A partir dos cálculos apresentados, o custo médio do sistema de transporte é de R\$ 2,225 por passageiro.

Ao final do Relatório 01/03 (fls. 24), são feitas algumas sugestões para a melhora do transporte urbano em Florianópolis, como a sincronização de semáforos, alargamentos e duplicação de vias públicas e criação, em diversos trechos, de pista exclusiva para ônibus.

Já no Relatório 02/03 (fls. 72 a 118) possui propostas de racionalização dos itinerários por região que não foram contemplados no primeiro relatório. Na conclusão, a empresa afirma que se forem tomadas as medidas apontadas, o custo poderá ser reduzido em 51,4%, cabendo ao município avaliar o custo benefício de cada mudança.

No anexo II (fls. 121 a 123) a Prefeitura relatou as mudanças feitas no sistema de transportes e terminais em 2005 e 2006. A lista apresenta, entre outras, a criação de novas linhas de transporte público, alteração de itinerários de linha já existentes, construção de 60 abrigos de passageiros e inclusão de novos horários em diversas linhas.

Pelo analisado, verifica-se que a maioria das recomendações feitas pelo relatório da empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda. não foram colocadas em prática pela prefeitura. Deve a prefeitura esclarecer pontualmente quais as alterações feitas no sistema de transporte do município em razão dos relatórios elaborados pela empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda..

3. CONCLUSÃO

Considerando a solicitação feita pelo Excelentíssimo Conselheiro César Filomeno Fontes para que a extinta Diretoria de Controle de Obras, atual Diretoria de Licitações e Contratações, para um exame e pronunciamento a respeito dos questionamentos realizados sobre o sistema de transporte urbano de Florianópolis.

Considerando que há respostas superficiais, que exigem um melhor detalhamento pelo Município, entende esta instrução que há necessidade de

realização de **DILIGÊNCIA** à Prefeitura Municipal de Florianópolis, para que apresente os documentos e/ou justificativas aos itens abaixo especificados, relacionados ao Sistema de Transporte Urbano de Florianópolis:

3.1. Enviar cópia das justificativas e das decisões administrativas com as devidas fundamentações para a desativação dos terminais;

3.2. Esclarecer se houve a aquisição pela Prefeitura do terminal urbano Saco dos Limões, que foi construído pela Cotisa;

3.3. Detalhar as despesas anuais, relativas a 2005, 2006 e 2007 com a manutenção, vigilância e demais custos dos terminais urbanos desativados;

3.4. Esclarecer a fonte de recursos utilizados para as obras de construção dos terminais urbanos desativados;

3.5. Detalhar o valor gasto para a construção de cada um dos terminais urbanos desativados;

3.6. Detalhar o valor cobrado na tarifa dos usuários de transporte relativo a perda de receita, e gastos com a amortização, dos terminais urbanos desativados;

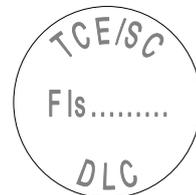
3.7. Enviar cópia do relatório produzido pela empresa contratada – Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda. – referente ao relatório 03/03, sobre a avaliação geral do sistema, onde foram apontadas alterações e adequações ao Sistema Integrado de Transporte;

3.8. Detalhar quais providências já foram implantadas, pelo município, em razão dos relatórios elaborados pela empresa Jaime Lerner Arquitetos Associados Ltda.

É o Relatório.

DLC/Insp. 1, em 01 de outubro de 2007.

Eng.º Marco Aurélio Laufer
Auditor Fiscal de Controle Externo



Visto,
Insp.1 - DIV 3, 01/10/2007.

Eng.^a Marivalda May Michels Steiner
Chefe da Divisão 3

De acordo com o presente Relatório.
Sugere-se o **diligenciamento** à Prefeitura
Municipal de Florianópolis para que encaminhe
os documentos e justificativas pertinentes.
Em 01/10/2007.

Eng.º Pedro Jorge Rocha de Oliveira
Coordenador – DLC/Insp.1

DE ACORDO,
DLC, ___/___/_____

Edison Stieven
DIRETOR da DLC